

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Nos últimos anos, a mortalidade materna tem registado uma evolução preocupante em Portugal.

Com efeito, de acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Direção-Geral da Saúde (DGS), a taxa de mortalidade materna aumentou substancialmente nos últimos três anos anteriores à pandemia de Covid-19, para 12,8 óbitos por 100 mil nascimentos, em 2017, 17,2 em 2018 e 10,4 em 2019.

Em 2020, a taxa de mortalidade materna atingiu mesmo os 20,1 óbitos por 100 mil nascimentos, o nível mais alto dos últimos 38 anos, dado que só no longínquo ano de 1982 a mesma tinha sido superior, com 22,5 óbitos por 100 mil nados-vivos.

Confrontada há meses com este aumento da mortalidade materna, a DGS anunciou então ter criado uma comissão para investigar as respetivas causas e analisar os óbitos ocorridos, mas o facto é que, até hoje, não se conhecem os resultados desse trabalho.

Aliás, ainda no passado dia 19 de julho, a Senhora Diretora-Geral de Saúde, Dr.ª Graça Freitas, confrontada em audição na comissão de saúde com o facto de não ser ainda conhecido o Relatório da DGS sobre a Mortalidade Materna, referente ao período de 2017/2018, que supostamente estaria concluído desde o início de 2020, afirmou que “temos todo o gosto [em enviar o relatório], só lhe vou pedir uns dias para ver se tem erros ortográficos, no mínimo, porque nós, de facto, sinceramente, não editamos, lemos as grandes conclusões mas é um relatório não editado (...), mas faremos chegar a esta Comissão parlamentar assim o revejamos, não no sentido de ver os dados, mas de verificar se há alguma correção, até ortográfica”.

Sucede que, desde então, não decorreram apenas “uns dias”, mas sim mais de dois meses e o facto é que o relatório ainda não foi enviado à Assembleia da República.

Assim, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, designadamente da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, vêm os Deputados abaixo

assinados, por intermédio de V.<sup>a</sup> Exa., solicitar à Ministra da Saúde o envio, **com caráter de urgência**, do Relatório sobre a Mortalidade Materna, e suas componentes, incluindo a análise de causas de morte, no período de 2017/2018.

Mais requerem os Deputados abaixo assinados o envio urgente ao Parlamento de informação equivalente reportada à Mortalidade Materna referente ao período de 2019 a 2021.

Palácio de São Bento, 30 de agosto de 2022

Deputado(a)s

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

PEDRO MELO LOPES(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

INÉS BARROSO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)